PRÁTICAS NEGRAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DO PALMEIRA CLUBE EM ITUIUTABA-MG

BLACK PRACTICES IN THE PRODUCTION OF SPACE: THE CASE OF PALMEIRA CLUBE IN ITUIUTABA-MG

PRÁCTICAS NEGRAS DE PRODUCCIÓN DEL ESPACIO: EL CASO DEL PALMEIRA CLUBE EN ITUIUTABA-MG

Matheus Barbosa Dias
matheusbdias99@ufu.br
Universidade Federal de Uberlândia

Recebido para publicação em 28/04/2026
Aceito para publicação em 11/08/2026

Resumo:
O artigo analisa o Palmeira Clube, fundado em 1945, como experiência de produção do espaço pela população negra de Ituiutaba (MG), com ênfase em 1970-2010. Busca-se compreender como práticas associativas, festivas e memoriais produziram pertencimento, autodeterminação e presença negra em contexto de segregação socioespacial racializada. A pesquisa qualitativa articula revisão bibliográfica, três entrevistas semiestruturadas (2022-2024) e documentos da gestão "Liberdade" (1991-1992). O diálogo entre Lefebvre e estudos das relações raciais, dos clubes negros e das performances afrodiaspóricas amplia a compreensão da produção racializada do espaço e das formas negras de apropriação da cidade. Os resultados mostram que o Clube não foi apenas reação à exclusão: constituiu iniciativa autônoma de sociabilidade negra, produziu memória e visibilidade e ampliou possibilidades cotidianas de participação na cidade.

Palavras-chave: Clubes sociais negros, Ituiutaba-MG, Palmeira Clube, Produção do espaço, Segregação socioespacial racializada.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Abstract:
This article analyzes the Palmeira Clube, founded in 1945, as a form of space production by Ituiutaba's black population, focusing on 1970–2010. It examines how associative, festive, and memorial practices fostered belonging, self-determination, and black presence amid racialized socio-spatial segregation. The qualitative research combines a literature review, three semi-structured interviews conducted in 2022–2024, and documents from the "Liberdade" administration (1991–1992). The dialogue between Lefebvre and studies on race relations, black social clubs, and Afro-diasporic performances deepens the understanding of racialized space production and black appropriation of the city. The results show that the Club was not merely a reaction to exclusion: it was an autonomous initiative of black sociability that produced memory and visibility and expanded everyday participation in the city.

Keywords: Black social clubs; Ituiutaba-MG; Palmeira Clube; Production of space; Racialized socio-spatial segregation.

Resumen:
El artículo analiza el Palmeira Clube, fundado en 1945, como una forma de producción del espacio por la población negra de Ituiutaba, con énfasis en 1970–2010. Examina cómo las prácticas asociativas, festivas y memoriales produjeron pertenencia, autodeterminación y presencia negra en un contexto de segregación socioespacial racializada. La investigación cualitativa articula revisión bibliográfica, tres entrevistas semiestructuradas realizadas en 2022–2024 y documentos de la gestión "Liberdade" (1991–1992). El diálogo entre Lefebvre y los estudios sobre relaciones raciales, clubes sociales negros y performances afrodiaspóricas amplía la comprensión de la producción racializada del espacio y de la apropiación negra de la ciudad. Los resultados muestran que el Club no fue solo una reacción a la exclusión: fue una iniciativa autónoma de sociabilidad negra que produjo memoria y visibilidad y amplió la participación cotidiana en la ciudad.

Palabras clave: Clubes sociales negros; Ituiutaba-MG; Palmeira Clube; Producción del espacio; Segregación socioespacial racializada.

Introdução[1]

A produção das cidades brasileiras foi atravessada por desigualdades econômicas, políticas e raciais que definiram, de maneira desigual, quem podia circular, permanecer, celebrar e tornar-se visível em determinados lugares. A população negra não ocupou uma posição exterior a esse processo, participou ativamente da construção material e simbólica das cidades, ainda que sua presença tenha sido frequentemente subordinada, invisibilizada ou impedida por mecanismos institucionais e cotidianos de discriminação. Analisar associações negras exige, portanto, deslocar o olhar da ausência para as práticas pelas quais sujeitos negros criaram formas próprias de convivência, reconhecimento e intervenção na vida citadina.

Os Clubes Sociais Negros constituem parte significativa dessa história. Criados em diferentes cidades brasileiras, eles reuniram atividades recreativas, culturais, assistenciais e políticas, oferecendo condições para a formação de vínculos, a circulação de repertórios e a afirmação pública de identidades negras. Batista (2015) demonstra que essas agremiações inscreveram a população negra na espacialidade urbana e enfrentaram um ordenamento formal permeado pelo racismo institucional. Domingues (2023), ao sistematizar a produção historiográfica sobre o tema, destaca que os

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEP/UFU) pelo apoio institucional e acadêmico ao desenvolvimento desta pesquisa.

clubes formam um campo de investigação ainda emergente, cuja diversidade impede reduzi-los a simples locais de lazer.

É nesse campo que se situa o Palmeira Clube, fundado em 29 de julho de 1945, em Ituiutaba, Minas Gerais. A agremiação foi criada por homens e mulheres negros e consolidou-se como referência para bailes, carnavais, concursos, reuniões e atividades comunitárias. O artigo adota como recorte principal o período de 1970 a 2010, que permite observar a consolidação de suas práticas e o processo posterior de perda de centralidade, com atenção especial à gestão "Liberdade", de 1991 a 1992, responsável pela organização de parte expressiva do acervo analisado. Não foi localizado ato formal de extinção da entidade. Por isso, não se atribui um ano jurídico de encerramento: os registros indicam que o uso regular da sede cessou em abril de 2013, após interdições e a deterioração do edifício, o Clube não se encontra atualmente em funcionamento regular.

O objetivo é compreender como o Palmeira Clube participou da produção da cidade por meio de práticas de sociabilidade negra, memória e organização coletiva. A questão central não consiste apenas em verificar se a entidade surgiu diante de barreiras raciais, mas em analisar como a comunidade negra produziu uma espacialidade própria, afirmou autodeterminação e tensionou as hierarquias que condicionavam o acesso à vida social de Ituiutaba. Nessa perspectiva, a agremiação é examinada tanto em relação à segregação socioespacial racializada quanto pela capacidade criadora de seus associados.

Henri Lefebvre oferece instrumentos importantes para compreender o espaço como produto social, o cotidiano como terreno de reprodução e transformação das relações e o direito à cidade como

participação e apropriação. Entretanto, sua elaboração não tematiza de modo suficiente a especificidade histórica do racismo brasileiro. Para evitar que a experiência do Palmeira Clube seja subsumida a uma teoria urbana eurocentrada, o artigo aproxima Lefebvre das contribuições de Renato Emerson dos Santos, Lívio Sansone, Leda Maria Martins, Conceição Evaristo e de estudos sobre clubes negros. Esse diálogo permite tratar raça não como variável acrescentada ao final da análise, mas como dimensão constitutiva da produção do espaço.

Metodologicamente, a investigação articula revisão bibliográfica, história oral e análise documental. Foram utilizadas três entrevistas semiestruturadas, realizadas entre 2022 e 2024 com pessoas negras que exerceram funções de direção no Clube, além de convites, estatuto, fotografias e registros da gestão "Liberdade". O cruzamento entre narrativas e documentos orienta a interpretação das práticas festivas, da localização da sede, das relações institucionais e das formas de construção da memória.

O texto está organizado em cinco movimentos analíticos. Primeiro, apresenta os procedimentos metodológicos. Em seguida, delimita o diálogo entre produção do espaço, cotidiano e relações raciais e discute a história oral em interlocução com a oralitura e a escrevivência. As seções posteriores analisam as festas e sociabilidades, a segregação socioespacial racializada e os documentos por meio dos quais a agremiação institucionalizou sua memória e negociou reconhecimento público.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter interpretativo. O objeto não é tratado como uma unidade física isolada, mas como uma experiência histórica constituída por práticas, relações, narrativas e registros. A análise procura apreender tanto as condições que limitaram a presença negra em determinados circuitos sociais quanto os significados atribuídos pelos sujeitos à criação e à manutenção do Palmeira Clube. Assim, as categorias iniciais: produção do espaço, raça, cotidiano, sociabilidade, festa, pertencimento e memória foram continuamente confrontadas com as fontes.

O *corpus* oral é composto por três entrevistas semiestruturadas. Ismael Antônio Barbosa, com 57 anos à época da conversa, presidiu o Palmeira Clube nos mandatos de 1991-1992 e 1999-2000. Maria José da Silva, com 71 anos, atuou como diretora cultural na gestão "Liberdade", entre 1991 e 1992. Luzia Eterna Ribeiro, com 70 anos, exerceu a função de diretora social no mesmo período. A seleção foi intencional e considerou a participação direta na organização da entidade, o conhecimento sobre suas práticas e a preservação de documentos e lembranças. Esse recorte privilegia dirigentes e, por isso, não representa a totalidade das experiências de associados, frequentadores e gerações mais jovens, trata-se de uma limitação e, ao mesmo tempo, de uma indicação para pesquisas futuras.

As entrevistas foram realizadas presencialmente em Ituiutaba, entre 2022 e 2024, com roteiro semiestruturado voltado às memórias sobre o funcionamento do Clube, as festas, as experiências

de discriminação, a localização da sede, as relações comunitárias e as formas de organização. Todos os participantes foram previamente esclarecidos sobre os objetivos, os procedimentos e os usos acadêmicos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a gravação, a transcrição e a utilização dos depoimentos. Os participantes também autorizaram sua identificação nominal no artigo, sendo omitidas apenas informações pessoais não necessárias à análise.

A história oral não foi empregada como simples recurso para preencher lacunas documentais. Conforme Alberti (2013) e Portelli (2016), a entrevista produz uma fonte situada, formada na relação entre pesquisador e narrador. Divergências, silêncios, ênfases e reorganizações temporais são parte do modo pelo qual o passado é significado no presente. Por isso, os depoimentos foram lidos como interpretações da trajetória do Clube e não como reproduções transparentes de fatos.

A dimensão relacional da entrevista também exigiu atenção às posições ocupadas pelo pesquisador e pelos participantes. A produção da fonte oral não ocorre de maneira unilateral, pois entrevistador e entrevistado observam-se, interpretam-se e interferem na forma como a narrativa é construída. Como afirma Portelli:

> Não existe uma relação de mão única entre o observador e o observado. O observado também nos observa e nos julga a partir de comportamentos dos quais sequer estamos conscientes (Portelli, 2016, p. 14).

Essa compreensão orientou tanto a condução quanto a análise das entrevistas. As narrativas foram interpretadas como resultados de uma situação de interação, considerando as escolhas, as ênfases, os silêncios e os sentidos produzidos no encontro entre pesquisador e participantes.

O *corpus* documental reúne o Estatuto Social do Palmeira Clube de 1986, convites, fotografias e registros institucionais preservados no Álbum de Recordações da gestão "Liberdade". Esses materiais foram organizados por uma antiga diretora cultural e registram ações de 1991 e 1992. A análise observou autoria, destinatários, linguagem, circunstâncias de produção e usos posteriores. Os documentos foram confrontados entre si e com as entrevistas, buscando convergências, contradições e enquadramentos de memória.

A interpretação foi desenvolvida por leitura temática e cruzamento das fontes. Em vez de organizar resultados por frequência, procurou-se identificar sentidos recorrentes: o Clube como iniciativa negra, a centralidade das festas, a distância em relação ao centro, a reivindicação de cidadania, as negociações com agentes públicos e a produção deliberada de memória. As categorias teóricas funcionaram como instrumentos de problematização, não como moldes capazes de explicar previamente a experiência.

Produção do espaço, cotidiano e relações raciais

A formulação lefebvriana de que o espaço é socialmente produzido permite superar a ideia de cidade como cenário neutro. Práticas, representações e formas de apropriação participam da

constituição do espaço e, ao mesmo tempo, condicionam novas relações. Em Lefebvre (2013), a espacialidade integra a reprodução social; em Carlos (2011), ela pode ser compreendida como condição, meio e resultado das práticas. Essa abordagem é relevante para observar como encontros, bailes, deslocamentos e decisões institucionais produziram o Palmeira Clube como lugar vivido.

A crítica da vida cotidiana também desloca a festa de uma posição secundária. Lefebvre (1991) identifica no cotidiano as rotinas e fragmentações da sociedade moderna, mas também possibilidades de apropriação e recomposição da experiência. A festa interrompe ritmos ordinários, intensifica encontros e atribui outros usos ao tempo e ao lugar. Essa leitura ajuda a compreender por que os bailes do Palmeira permaneceram como marcos biográficos e coletivos. Contudo, ela não basta para explicar a racialização das possibilidades de lazer, presença e circulação.

Santos (2012) propõe tomar as relações raciais em sua espacialidade, o espaço não apenas recebe o racismo, mas participa de sua realização, pois contextos de interação, normas de uso e classificações sociais distribuem possibilidades de presença e reconhecimento. Em formulação posterior, Santos (2022) reforça que racismo e antirracismo possuem expressões espaciais e que a cidade pode ser simultaneamente palco, objeto e instrumento de disputas. Essa perspectiva permite reconhecer que a criação do Palmeira não ocorreu em um vazio social, ela se relacionou a fronteiras racializadas, mas também produziu uma nova condição de ação coletiva.

As distinções de Sansone (1996) entre “áreas duras” e “áreas moles” das relações raciais são úteis desde que não sejam lidas como

mapas fixos. A discriminação varia conforme os contextos de interação, e ambientes associados ao lazer podem parecer mais abertos do que circuitos de trabalho, matrimônio ou poder. O caso do Palmeira mostra, entretanto, que o lazer não era naturalmente desracializado, a necessidade de uma agremiação negra revela barreiras, enquanto o controle comunitário sobre regras, repertórios e celebrações convertia o Clube em contexto de maior autonomia.

Por essa razão, a produção de uma sede própria não deve ser descrita apenas como reação às clivagens da sociedade. A exclusão constitui parte das condições históricas, mas não esgota o sentido da iniciativa. O Palmeira resultou de projeto associativo, trabalho, investimento, escolhas estéticas e desejo de convivência. Sua espacialidade tensionou hegemonias justamente porque tornou visível a capacidade negra de produzir instituições, temporalidades festivas e formas de reconhecimento sem depender da autorização cotidiana de clubes identificados com as elites brancas.

O direito à cidade, na leitura de Lefebvre (2025), envolve participação na obra coletiva e apropriação dos usos urbanos, não somente acesso físico. No caso estudado, essa noção adquire densidade racial quando articulada a Santos (2012), participar da cidade significa também disputar as normas que atribuem lugares sociais e espaciais à população negra. O Palmeira ampliou as possibilidades de encontro e expressão, mas sua existência não elimina as assimetrias. Ela torna perceptível o conflito entre uma cidade racialmente hierarquizada e a produção autônoma de uma presença negra.

A fragmentação socioespacial, discutida por Eliseu Savério Sposito e Maria Encarnação Beltrão Sposito (2020), funciona aqui

como chave complementar para perceber descontinuidades de infraestrutura, deslocamentos e circuitos diferenciados. Ela não substitui a segregação socioespacial racializada nem é considerada explicação mais adequada de forma abstrata. O enfoque racial é indispensável para interpretar por que a distância, a ausência de asfalto e as restrições de sociabilidade assumiram significados específicos na experiência dos associados.

História oral, oralitura e Clubes Sociais Negros

Os estudos sobre Clubes Sociais Negros ampliam a compreensão dessas instituições como formas de associativismo, produção cultural e inscrição da presença negra nas cidades. Batista (2015) evidencia que bailes e festas exigiram projetos coletivos de organização, resistência e inserção social, enquanto Domingues (2023) chama atenção para a diversidade temporal e regional dessas agremiações. Ao delimitar as características históricas dos clubes negros, Silva afirma:

> [...] os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, por e para pessoas negras – com base em uma ideia de raça – autoidentificadas como negras; pretas; morenas; mulatas; da raça de cor etiópica; de cor; mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; beneficente; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é autoatribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas (Silva, 2017, p. 148).

A definição evidencia que os clubes negros não se restringiam a locais de entretenimento. Sua constituição envolvia identificação racial, organização associativa, manutenção de uma sede e realização de atividades culturais, políticas, recreativas e carnavalescas. O Palmeira Clube compartilha elementos desse campo histórico, especialmente a iniciativa negra, a centralidade das festas e a produção de um lugar de convivência. Entretanto, sua trajetória deve ser analisada a partir das particularidades de Ituiutaba, sem que o caso seja transformado em modelo universal das experiências associativas negras.

Vargas e Domingues (2025) destacam que esses espaços podem reunir lazer, ajuda mútua, visibilidade, acervos e memória. Essa multiplicidade aparece no Palmeira, a sede abrigava festas, mas também eleições de diretoria, ações comunitárias, homenagens e interlocução com o poder público. A festa não era reduzida a um adorno de uma organização institucionalizada no Palmeira Clube, constituía uma prática por meio da qual relações, pertencimentos e projetos se tornavam sensíveis e compartilháveis.

A contribuição de Leda Maria Martins (2021) permite enegrecer a leitura da festa e da memória. Em sua análise do Reinado do Rosário do Jatobá, a autora mostra como palavra, música, corpo, gesto e ritual inscrevem saberes e temporalidades. O conceito de oralitura chama atenção para uma escrita que não se limita ao papel, a memória é grafada por performances e corpos. Embora os bailes do Palmeira não sejam equivalentes ao Reinado, a interlocução permite observar que dança, música, vestimenta, presença e repetição festiva constituíam modos de registrar a experiência negra.

Essa perspectiva evita tratar a festa apenas como suspensão abstrata do cotidiano. No Palmeira, ela era racialmente situada, oferecia ocasião para famílias negras se apresentarem, celebrarem, reconhecerem-se e produzirem imagens positivas de si. Sousa (2020), ao discutir práticas expressivas e circuitos afrodiaspóricos, reforça que corpo, dança e música podem ativar memórias e relações que ultrapassam a descrição verbal. A circulação de bandas e caravanas regionais indicava a inserção da agremiação em um repertório mais amplo de expressões negras.

A escrevivência de Conceição Evaristo (2020) também oferece uma sensibilidade epistemológica para a escuta. Não se afirma que história oral e escrevivência sejam métodos equivalentes. A aproximação reside na atenção às experiências negras que foram silenciadas e à relação entre vida, memória e elaboração narrativa. Os depoimentos não são apenas informações sobre eventos, são formas de narrar a própria participação e de disputar como a história local deve ser escrita.

Oralitura e escrevivência, portanto, não substituem os procedimentos da história oral, mas ajudam a questionar hierarquias entre documento escrito, voz, corpo e experiência. O cruzamento das fontes permite reconhecer que o arquivo do Clube é composto por convites e estatutos, mas também por performances lembradas, expressões, silêncios e afetos. Essa ampliação é especialmente importante quando se estudam grupos cuja presença foi pouco registrada nos arquivos oficiais da cidade.

Práticas de sociabilidade e experiências no interior do Clube

Ao recordar a origem e a finalidade da agremiação, o presidente da gestão "Liberdade", Ismael Antônio Barbosa, relaciona a iniciativa negra à abertura para a comunidade e à centralidade do lazer familiar:

> "Foi idealizada por um grupo de membros da raça negra, e teve como ideal principal reunir não só membros da raça negra e afrodescendentes, mas também a comunidade em geral, em horas de lazer, festas de fim de semana, com alegria e familiares, em bailes. E o carnaval passou a ser uma das maiores tradições, cuja bandeira o Palmeira Clube empunhou com todos os presidentes e diretores." (Barbosa[2], 2023).

A fala atribui protagonismo à população negra sem descrever o Clube como espaço fechado. A abertura mencionada pelo entrevistado não apaga sua base racial, ao contrário, revela que uma instituição criada por sujeitos negros podia receber diferentes públicos a partir de regras e referências produzidas por sua própria comunidade. A autonomia, nesse caso, não significa isolamento, mas capacidade de decidir como organizar encontros, acolher famílias e tornar pública uma tradição.

O carnaval aparece como continuidade construída por sucessivas diretorias. A recorrência dos eventos organizava o calendário e criava expectativas coletivas. Preparar o salão, contratar bandas, divulgar bailes e receber participantes envolvia trabalho material e coordenação. Essas práticas transformavam a

[2] Ismael Antônio Barbosa foi presidente do Palmeira Clube nos biênios 1991–1992 e 1999–2000. Músico, radialista e comunicador, atua há décadas na radiodifusão de Ituiutaba. Entrevista realizada presencialmente no CEPDOMP/UFU.

sede em lugar de memória, pois cada edição atualizava referências anteriores e oferecia novas experiências para serem narradas.

A diretora cultural da gestão "Liberdade" Maria José da Silva, descreve a intensidade de um desses eventos e a circulação de participantes de cidades vizinhas:

> "Colocou três bandas dentro do Clube e levou então a comunidade negra à loucura. Vinham caravanas de todos os lugares da região; foram três dias de festa, uma coisa fantástica. [...] A gente amanhecia e ninguém queria ir embora; às seis horas da manhã o povo ainda estava dentro do Clube. [...] Ficou lindo, nossa senhora." (Silva[3], 2024).

A duração da festa e a chegada de caravanas indicam uma mobilização que excedia o entretenimento ocasional. O evento reorganizava horários, deslocamentos e usos da sede, além de projetar o Palmeira para além de Ituiutaba. O dado mais relevante não é a quantidade de pessoas como imagem de aglomeração, mas a capacidade de convocação de uma instituição negra e a intensidade afetiva com que a entrevistada rememora a experiência.

A expressão "levou a comunidade negra à loucura" comunica entusiasmo, orgulho e excepcionalidade. Em diálogo com Martins (2021), a festa pode ser lida como uma escrita performática: música, dança, roupas e permanência até o amanhecer inscreviam no corpo uma memória compartilhada. O que sobrevive no depoimento não é somente a programação do evento, mas a sensação de participar de

[3] Maria José da Silva foi diretora cultural do Palmeira Clube em 1991–1992 e presidente entre 1998 e 1999. Professora de Matemática aposentada, atuante no movimento sindical. Entrevista realizada em sua residência, em Ituiutaba.

um momento em que a comunidade ocupava o lugar com liberdade e reconhecimento.

Essa dimensão também aparece no depoimento audiovisual de Maria Francisca Luiza, popularmente conhecida como Mariquita, primeira porta-bandeira do Palmeira Clube, produzido pelo coletivo cultural de Ituiutaba, Artejucana. Ao recordar os desfiles carnavalescos da década de 1980, ela descreve a distribuição da letra do hino da agremiação entre o público e a rapidez com que as pessoas aprendiam a cantá-lo. A memória do cortejo é marcada pela emoção coletiva: "a gente rodava, a gente se esbaldava, a gente cantava, a gente chorava" (Luiza[4], 2024).

Figura 1 – Corpo, performance e memória: Mariquita como porta-bandeira do Palmeira Clube



Fonte: Tijuco Filmes, 2024.

[4] Maria Francisca Luiza, conhecida como Mariquita, foi porta-bandeira do Palmeira Clube nos desfiles carnavalescos da década de 1980. Suas memórias foram registradas em entrevista audiovisual produzida pela Artejucana, em 2024.

Na imagem, Mariquita ocupa posição central, portando o estandarte e vestindo uma indumentária elaborada para a apresentação. A fotografia não deve ser compreendida apenas como ilustração de uma festividade, pois registra uma forma de representação coletiva. O corpo, o traje, a bandeira e o gesto conferiam visibilidade à agremiação e produziam uma imagem afirmativa de seus integrantes diante da população que acompanhava o desfile.

O aprendizado da função de porta-bandeira também revela a circulação de conhecimentos entre diferentes experiências carnavalescas. Mariquita relata que aperfeiçoou os movimentos e a condução do estandarte com uma integrante ligada à Velha Guarda da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, convidada para uma atividade do Palmeira Clube. Antes desse encontro, segundo ela, "eu nunca tinha visto nem porta-bandeira aqui em Ituiutaba" (Luiza, 2024).

A transmissão desses conhecimentos ocorreu por meio da observação, da demonstração corporal e da repetição dos movimentos. A experiência aproxima-se, portanto, do conceito de oralitura de Martins (2021), pois os saberes da porta-bandeira não foram registrados e ensinados prioritariamente pela escrita. Foram inscritos no corpo, no gesto e na performance, sendo apropriados e reelaborados por Mariquita no contexto local. O contato com uma representante da Mangueira não significou a simples reprodução de um modelo externo do carnaval carioca, mas a incorporação de referências a uma prática carnavalesca construída pelo próprio Palmeira em Ituiutaba.

A leitura racial da festa impede que a sociabilidade seja reduzida a uma integração genérica. Em cidades marcadas pelo mito da harmonia racial, a criação de instituições próprias pode ser invisibilizada como simples preferência comunitária. A trajetória do Palmeira demonstra, entretanto, que a sociabilidade negra produziu proteção, visibilidade, autoestima e formas de autorrepresentação, ao mesmo tempo que confrontou a naturalização de clubes e circuitos de lazer socialmente associados aos grupos brancos.

A categoria de experiência, no sentido proposto por Thompson (1981), permite compreender como as condições estruturais foram vividas, interpretadas e reelaboradas pelos sujeitos. Ao rejeitar perspectivas que reduzem a história a estruturas fixas e impessoais, o autor recupera a agência de homens e mulheres na elaboração de suas próprias experiências:

> O que descobrimos está num termo que falta: "experiência humana". [...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (Thompson, 1981, p. 183).

Essa formulação desloca a análise das estruturas abstratas para as maneiras pelas quais os sujeitos atribuem sentido ao vivido. Os depoimentos não tratam apenas da existência de uma instituição, mas do que significava organizar, frequentar e representar o Palmeira Clube. As experiências narradas foram atravessadas por gênero, geração, posição familiar e função diretiva. Embora o *corpus* não esgote essas diferenças, ele demonstra que o pertencimento era

continuamente produzido nas práticas associativas, políticas e festivas.

Somente após a análise das narrativas é possível sintetizar que o Palmeira se constituiu como lugar privilegiado de sociabilidade e reconhecimento coletivo. Os bailes, carnavais e desfiles de rua não se restringiam a episódios recreativos, articulavam trabalho associativo, performance, memória e afirmação racial. A agremiação tornou-se referência porque conferiu continuidade a experiências compartilhadas e porque seus integrantes as interpretaram como parte da presença negra na cidade.

Essa centralidade não deve ser idealizada. As diretorias mudavam, os recursos eram limitados e a abertura à comunidade envolvia negociações e conflitos. Ainda assim, os relatos demonstram que a instituição produziu um campo de relações no qual sujeitos negros podiam assumir posições de organização, escolher repertórios, ocupar lugares de destaque e elaborar imagens de dignidade.

A festa aparece, assim, como prática política em sentido amplo, não porque todo baile ou desfile apresentasse uma pauta explicitamente formulada, mas porque tornava possível uma forma de vida coletiva racialmente afirmada.

Espaço, raça e resistência: a cidade em disputa

A análise da localização da sede permite relacionar sociabilidade e estrutura urbana. A diretora social da gestão "Liberdade" Luzia Eterna Ribeiro, recorda que o Clube se situava, no momento de sua implantação, em área distante e sem pavimentação:

> "Eu era jovem, e a primeira organização do movimento negro criada aqui nessa casa foi a equipe 'Juventude Ternura': eram quarenta moças negras que trabalhavam para ajudar as pessoas negras. [...] Naquela hora, o Palmeira Clube foi feito praticamente longe, não tinha asfalto, não era mato, mas era um local mais distante." (Ribeiro[5], 2023).

O depoimento associa a distância física à mobilização de mulheres negras e a iniciativas comunitárias. A ausência de asfalto e a posição afastada não comprovam, isoladamente, uma política formal de separação racial, mas adquirem significado quando lidas com as restrições de sociabilidade e com o padrão mais amplo de desigualdade da cidade. A segregação socioespacial racializada opera por combinações de mercado, infraestrutura, decisões públicas, estigmas e práticas discriminatórias, não apenas por proibições legais explícitas.

Santos (2012) ajuda a compreender que as relações raciais definem contextos de interação e influenciam usos, trajetos e expectativas. A população negra podia circular por Ituiutaba, mas a circulação não significava igualdade de acesso, acolhimento ou autoridade. A criação do Palmeira possibilitou usufruir de um lugar organizado pela própria comunidade e converter uma área menos valorizada em referência cultural. A localização expressava desigualdade, enquanto a apropriação coletiva produzia outro significado para o terreno e para o entorno.

[5] Luzia Eterna Ribeiro foi diretora social do Palmeira Clube na gestão "Liberdade" (1991–1992). Cofundadora do PREVESTI, atuou na Fundação Zumbi dos Palmares e na FEIT. Entrevista realizada em sua residência, em Ituiutaba.

Bustamante (2026) utiliza a formulação de um "apartheid espacial à brasileira" para interpretar a persistência de dispositivos legais e institucionais que materializam a exclusão negra. O conceito não implica copiar mecanicamente o regime sul-africano, nomeia uma separação produzida por mecanismos próprios da formação brasileira, muitas vezes encobertos pela ausência de legislação racial explícita. No caso de Ituiutaba, as fontes não permitem afirmar um sistema legal local de apartheid, mas sustentam a leitura de uma segregação socioespacial racializada inscrita na distribuição de infraestrutura e nas possibilidades diferenciadas de sociabilidade.

A constituição do Clube, porém, não pode ser descrita como simples efeito passivo dessa segregação. A iniciativa negra escolheu, construiu, administrou e atribuiu valor ao lugar. Produzir uma espacialidade própria correspondia a um projeto de autodeterminação, permitia criar normas de convivência, organizar eventos, representar a comunidade e negociar com agentes externos. É precisamente essa capacidade que tensionava hegemonias, pois recusava o lugar social subalterno destinado à população negra.

O direito à cidade aparece, assim, como prática concreta. Não se limitava a reivindicar entrada em espaços existentes, embora o acesso igualitário fosse uma questão fundamental. Também envolvia participar da obra urbana por meio da construção de uma instituição, da transformação de uma sede e da produção de acontecimentos reconhecidos regionalmente. A apropriação não apagava a propriedade, a precariedade ou as desigualdades, mas criava usos que alteravam a experiência da cidade.

A noção de resistência deve ser empregada com cuidado. Nem toda atividade do Palmeira foi organizada como oposição declarada

ao racismo, e reduzir a vida da agremiação a uma resposta defensiva empobreceria sua criatividade. Resistência, aqui, designa a capacidade de sustentar formas de existência e reconhecimento que contrariavam expectativas racializadas. Ela se articulava ao prazer, à festa, ao cuidado familiar, ao trabalho e à negociação institucional.

A deterioração posterior da sede também integra essa história. A interrupção do uso regular na década de 2010, após interdições e problemas estruturais, não equivale a um desaparecimento da memória. Entretanto, evidencia a fragilidade material de patrimônios negros cuja preservação depende de recursos, reconhecimento público e políticas continuadas. A situação atual reforça a importância de tratar o Clube não apenas como lembrança afetiva, mas como parte da história urbana de Ituiutaba.

A fragmentação socioespacial contribui, de maneira complementar, para perceber a descontinuidade entre a centralidade simbólica do Clube e sua posição material vulnerável. A categoria, contudo, não neutraliza o racismo, a desigual valorização de lugares e patrimônios é atravessada por relações raciais. O caso mostra que proximidade física e integração formal não garantem igualdade de reconhecimento, é necessário examinar quem possui meios para conservar suas instituições e inscrevê-las na narrativa oficial da cidade.

Festa, pertencimento e memória: a construção da "família palmeirense

As festividades realizadas no Palmeira Clube não se restringiam aos carnavais, desfiles ou grandes bailes com bandas. Aniversários da agremiação, solenidades, homenagens e encontros

promovidos por suas diretorias também constituíam momentos de reafirmação dos vínculos entre associados, frequentadores e famílias relacionadas à instituição. Nessas ocasiões, celebrar o Clube significava atualizar publicamente sua trajetória e atribuir continuidade a um projeto associativo construído pela população negra de Ituiutaba.

A figura 2 do baile comemorativo dos 46 anos do Palmeira Clube, realizado em 1991, durante a gestão "Liberdade", registra uma dessas ocasiões. Ao fundo, a decoração apresenta uma garrafa, duas taças e a mensagem "Parabéns, Palmeira Clube, parabéns, família palmeirense". A composição visual associa a celebração do aniversário institucional à existência de uma coletividade definida como família, indicando que o pertencimento ao Clube ultrapassava a condição formal de sócio e envolvia relações de proximidade, reconhecimento e memória compartilhada.

Figura 2 – Celebração dos 46 anos do Palmeira Clube e homenagem à "família palmeirense"



Fonte: Álbum de Recordações da Gestão "Liberdade", 1991.

A expressão "família palmeirense" não deve ser interpretada como referência exclusiva a relações de parentesco. Ela produzia simbolicamente uma comunidade reunida em torno da história da agremiação, de sua sede e de suas práticas. Essa identidade não estava pronta ou definida de maneira imutável, mas era continuamente construída pelas representações, lembranças e experiências compartilhadas. Como afirma Hall (2003, p. 44), "a cultura é uma produção. [...] não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições". A celebração do aniversário do Clube exemplifica esse processo, seus integrantes não apenas preservavam uma tradição recebida, mas a atualizavam por meio das festas, homenagens e formas de autorrepresentação. Ao felicitar simultaneamente o Palmeira e sua "família", a mensagem vinculava a continuidade da instituição à presença daqueles que a construíram, frequentaram e reconheceram como parte de suas trajetórias.

A imagem também registra formas de apresentação social relacionadas à festa. As vestimentas, os gestos, a organização das mesas e a decoração expressavam um cuidado com a aparência e com a produção do ambiente. Esses elementos não eram acessórios sem importância, pois participavam da maneira como os sujeitos desejavam ser vistos e como representavam coletivamente a agremiação. Em uma cidade atravessada por hierarquias raciais, reunir pessoas negras em um espaço organizado por sua própria comunidade, vestidas para uma ocasião comemorativa e publicamente identificadas como integrantes de uma família

associativa, produzia imagens afirmativas de dignidade, elegância e reconhecimento.

Essa leitura permite aprofundar a dimensão racial da festa. Conforme Santos (2012), as relações raciais também se realizam espacialmente, definindo contextos nos quais determinados grupos encontram maior ou menor possibilidade de presença, acolhimento e autoridade. No Palmeira, a celebração ocorria em uma sede administrada por sujeitos negros, segundo repertórios e critérios elaborados pela própria agremiação. A festa não eliminava as desigualdades existentes na cidade, mas criava uma situação na qual a população negra assumia o controle sobre o uso do lugar, a organização do tempo e as formas de representação coletiva.

A reflexão de Lefebvre (1991) sobre a vida cotidiana ajuda a compreender a festa como intensificação dos encontros e alteração temporária dos ritmos ordinários. Entretanto, no caso do Palmeira Clube, essa interrupção precisa ser racialmente situada. Não se tratava de uma festa abstrata, vivenciada igualmente por todos os grupos sociais, mas de uma prática produzida em uma instituição negra que ampliava as possibilidades de convivência, visibilidade e reconhecimento de uma comunidade historicamente submetida a restrições nos circuitos de lazer da cidade.

A contribuição de Martins (2021) permite observar que a memória dessas celebrações não permaneceu registrada apenas em atas, convites ou estatutos. Ela também foi inscrita em corpos, roupas, gestos, músicas e formas de ocupar o salão. A fotografia preserva parte dessa dimensão performática: pessoas reunidas, apresentadas socialmente e inseridas em uma composição festiva que comunicava a existência de uma coletividade. Assim como ocorre

na oralitura, o sentido não se encontra apenas nas palavras da faixa, mas na articulação entre texto, imagem, corporalidade e presença.

A designação "família palmeirense" também não deve conduzir à idealização da instituição como comunidade homogênea e isenta de conflitos. Diferenças de geração, gênero, função diretiva e posição social atravessavam a experiência dos associados. A linguagem familiar produzia unidade e continuidade, mas também selecionava a imagem que a gestão desejava registrar e transmitir. A fotografia integra, portanto, uma política de memória: mostra menos a totalidade das relações internas do que o modo pelo qual a agremiação pretendia representar a si mesma naquele momento.

O registro do aniversário evidencia que a festa participava da própria institucionalização do Palmeira Clube. Celebrar 46 anos significava afirmar sua permanência, reconhecer o trabalho de administrações anteriores e projetar expectativas de continuidade. A comemoração transformava a passagem do tempo em narrativa coletiva, reunindo memória, sociabilidade e organização associativa. Dessa maneira, os eventos festivos não eram apenas consequências da existência do Clube; contribuíam ativamente para produzi-lo e renová-lo como referência para a população negra de Ituiutaba.

A festa pode ser compreendida, assim, como prática política em sentido amplo. Sua dimensão política não dependia da existência de discursos ou reivindicações explícitas em todos os eventos. Ela estava também na possibilidade de sujeitos negros organizarem o lugar, construírem imagens positivas de si, reconhecerem trajetórias compartilhadas e afirmarem a continuidade de uma instituição conduzida por sua comunidade. Ao celebrar o Palmeira e a "família

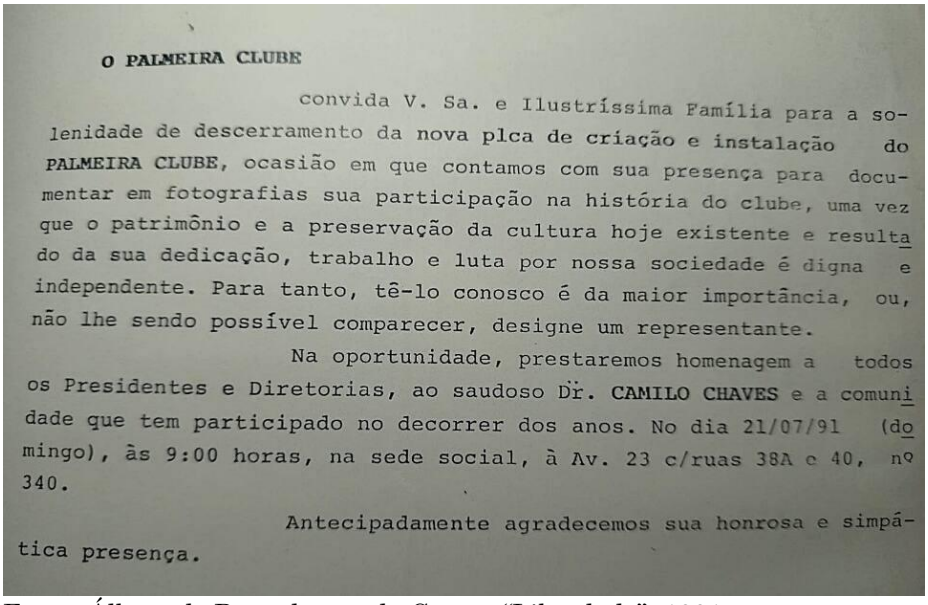
palmeirense", os participantes celebravam uma forma negra de produzir pertencimento, memória e presença na cidade.

Documentos, memória e institucionalização: a construção formal do Palmeira Clube

Os documentos da gestão "Liberdade" evidenciam que a memória do Palmeira foi produzida deliberadamente. Convites, placas, fotografias e homenagens registraram acontecimentos e selecionaram pessoas, valores e períodos considerados dignos de transmissão. Os verbos empregados nesta seção referem-se às ações realizadas naquele contexto: a diretoria organizou cerimônias, legitimou trajetórias e inscreveu a agremiação em suportes materiais.

A Figura 3 apresenta o convite para a solenidade de descerramento de uma nova placa de criação e instalação, realizada em 21 de julho de 1991. O texto convocava associados e familiares, solicitava que a participação fosse documentada por fotografias e associava o patrimônio existente à dedicação, ao trabalho e à luta da comunidade. O documento demonstra que a cerimônia pretendia não somente recordar o passado, mas reunir testemunhas e produzir um arquivo para o futuro.

Figura 3 – Convite para solenidade de descerramento de placa no Palmeira Clube



O PALMEIRA CLUBE

convida V. Sa. e Ilustríssima Família para a solenidade de descerramento da nova plca de criação e instalação do PALMEIRA CLUBE, ocasião em que contamos com sua presença para documentar em fotografias sua participação na história do clube, uma vez que o patrimônio e a preservação da cultura hoje existente e resulta do da sua dedicação, trabalho e luta por nossa sociedade é digna e independente. Para tanto, tê-lo conosco é da maior importância, ou, não lhe sendo possível comparecer, designe um representante.

Na oportunidade, prestaremos homenagem a todos os Presidentes e Diretorias, ao saudoso Dr. CAMILO CHAVES e a comunidade que tem participado no decorrer dos anos. No dia 21/07/91 (domingo), às 9:00 horas, na sede social, à Av. 23 c/ruas 38A e 40, nº 340.

Antecipadamente agradecemos sua honrosa e simpática presença.

Fonte: Álbum de Recordações da Gestão "Liberdade", 1991.

A homenagem ao "saudoso Dr. Camilo Chaves" exige problematização. O cruzamento cronológico e documental indica que o homenageado era Camilo Chaves Júnior, homem branco, ex-prefeito de Ituiutaba e integrante das elites políticas e econômicas locais. Além de advogado e promotor de Justiça, atuou como fazendeiro, proprietário de imóveis, dirigente da associação comercial e presidente do Ituiutaba Clube. Os registros locais também lhe atribuem participação na construção da primeira sede do Palmeira Clube. Assim, a homenagem evidencia uma contradição significativa, uma instituição fundada e conduzida pela comunidade negra reconhecia publicamente a colaboração de um representante branco das elites locais.

Essa relação não anula o protagonismo negro na criação, na organização e na continuidade do Clube. Revela, porém, que sua

trajetória envolveu alianças, negociações e relações assimétricas com agentes políticos brancos. Para obter terrenos, recursos públicos, reconhecimento institucional e apoio às suas atividades, os dirigentes do Palmeira precisaram dialogar com as estruturas municipais de poder. A homenagem, portanto, não deve ser interpretada como uma concessão benevolente de Camilo Chaves nem como evidência de integração racial plena, mas como parte de uma estratégia política construída em condições desiguais.

A placa e a cerimônia podem ser compreendidas como operações de memória. Ao discutir a produção deliberada de marcos e arquivos, Nora observa:

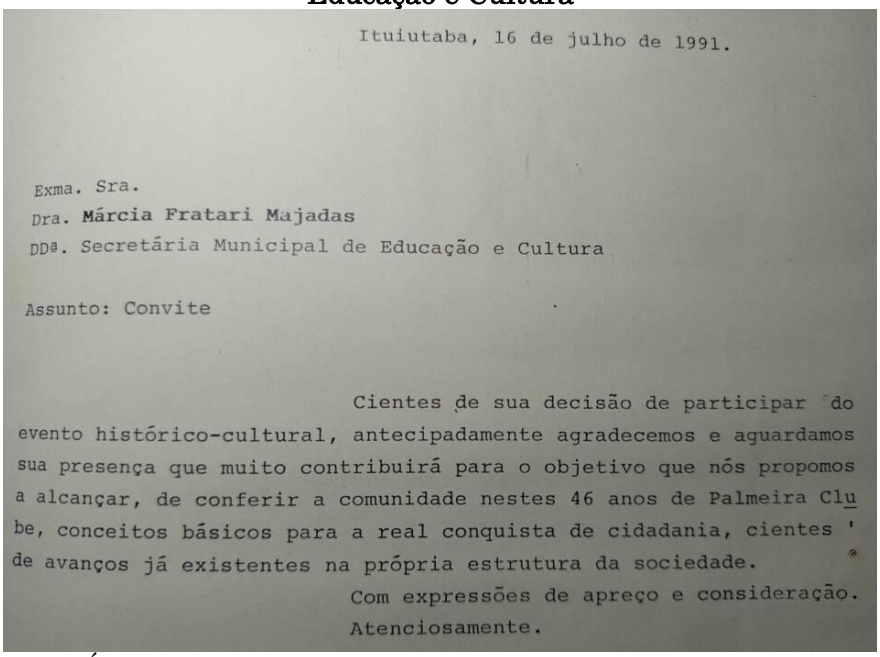
> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...]. (Nora, 1993, p. 12-13).

No Palmeira, a diretoria elaborou uma narrativa de continuidade que reunia fundadores, presidentes, comunidade e apoiadores externos. Embora seletiva, como toda memória institucional, essa narrativa afirmava que a trajetória da agremiação merecia reconhecimento e permanência pública. A presença de Camilo Chaves nessa construção memorial explicita, ao mesmo tempo, a autonomia da organização negra e as complexas relações que ela estabeleceu com o poder político branco local.

A Figura 4 apresenta convite dirigido à Secretária Municipal de Educação e Cultura, datado de 16 de julho de 1991. O documento classificava a atividade como "evento histórico-cultural" e relacionava os 46 anos do Clube à "conquista de cidadania". A escolha

das palavras projetava a agremiação para além de seu quadro associativo e solicitava que o poder público reconhecesse a importância de sua trajetória.

Figura 4 – Convite institucional dirigido à Secretaria Municipal de Educação e Cultura



Ituiutaba, 16 de julho de 1991.

Exma. Sra.
Dra. **Márcia Fratari Majadas**
DDª. Secretária Municipal de Educação e Cultura

Assunto: Convite

Cientes de sua decisão de participar do evento histórico-cultural, antecipadamente agradecemos e aguardamos sua presença que muito contribuirá para o objetivo que nós propomos a alcançar, de conferir a comunidade nestes 46 anos de Palmeira Clube, conceitos básicos para a real conquista de cidadania, cientes de avanços já existentes na própria estrutura da sociedade.

Com expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente.

Fonte: Álbum de Recordações da Gestão "Liberdade", 1991.

O convite mostra que a direção buscava participar dos circuitos formais de cultura e educação. As fontes permitem falar em interlocução institucional, a agremiação dirigiu-se a uma autoridade específica, formulou uma linguagem de cidadania e solicitou presença. Essa ação ampliava a visibilidade do evento e reivindicava um lugar para a memória negra na agenda pública municipal.

Corrêa (2011) observa que diferentes agentes participam da produção da cidade. No caso analisado, o Palmeira não aparece apenas como receptor de políticas, mas como sujeito coletivo que

formulava demandas e construía formas de legitimação. Ao mesmo tempo, a necessidade de convidar e convencer autoridades revela uma distribuição desigual de poder. A cidadania era reivindicada por meio de práticas culturais que buscavam converter experiência comunitária em reconhecimento público.

Hall (2003) permite compreender identidade como produção, não como essência imutável. A "identidade palmeirense" mencionada pelos entrevistados foi constituída por lembranças, festas, documentos e disputas sobre o que deveria ser preservado. A gestão "Liberdade" não apenas guardou um passado, reinterpretou-o para sustentar projetos presentes. A memória institucional, portanto, articulou continuidade e mudança.

A oralitura discutida por Martins (2021) amplia essa leitura. Os convites são escritas materiais, mas remetem a cerimônias cuja eficácia dependia de presença, fala, gesto, fotografia e performance coletiva. O arquivo não se encerra na folha, ele aponta para corpos reunidos no descerramento da placa e para a atualização pública de uma narrativa. A relação entre documento e performance ajuda a compreender como a memória negra era inscrita em suportes diversos.

Os dois documentos demonstram que a produção de espaços próprios pela população negra se relacionava à autodeterminação e à disputa de hegemonias. O Clube criava suas celebrações e seus marcos, ao mesmo tempo que negociava reconhecimento em instituições municipais. Essa combinação impede opor autonomia e interlocução como se fossem experiências excludentes. A autonomia era exercida em uma cidade desigual e, por isso, incluía estratégias para ampliar recursos, legitimidade e permanência.

Considerações finais

A análise permitiu compreender o Palmeira Clube como experiência de produção do espaço pela comunidade negra de Ituiutaba. Fundado em 1945 e examinado com ênfase entre 1970 e 2010, o Clube articulou sociabilidade, festa, memória e organização institucional. Sua trajetória foi condicionada por uma segregação socioespacial racializada, visível nas restrições de convivência, na posição inicialmente distante da sede e na distribuição desigual de infraestrutura. Entretanto, a agremiação não pode ser reduzida a efeito dessas condições.

O Palmeira constituiu uma iniciativa de autodeterminação negra. Associados e diretores construíram um lugar no qual podiam organizar encontros, assumir autoridade, produzir repertórios culturais e receber famílias e caravanas. Essa capacidade criadora tensionava hierarquias porque afirmava que a população negra não era apenas usuária da cidade: participava de sua obra material e simbólica.

O diálogo com Lefebvre mostrou que o cotidiano e a apropriação são dimensões fundamentais da produção do espaço, mas a incorporação de Santos, Sansone, Martins, Evaristo e dos estudos sobre clubes negros foi indispensável para explicitar a racialidade das práticas. Uma teoria urbana que não considere o racismo corre o risco de universalizar experiências europeias e de tratar as desigualdades raciais como particularidade posterior. No caso do Palmeira, raça atravessava localização, circulação, festa, memória e reconhecimento institucional.

As festas foram interpretadas como práticas negras de produção de presença. A música, a dança, as roupas, a duração dos eventos e as narrativas posteriores registraram experiências que não cabem apenas nos documentos escritos. A oralitura ajudou a perceber a performance como inscrição de memória; a escrevivência orientou uma escuta atenta às vidas e aos silêncios que participam da elaboração narrativa. Essas aproximações não substituíram a história oral, mas aprofundaram sua leitura.

Os documentos da gestão "Liberdade" mostraram que a memória foi institucionalizada por convites, homenagens, placas e interlocuções com o poder público. A homenagem a Camilo Chaves foi tratada como relação ambivalente com elites locais, sem atribuição racial não comprovada. A análise também demonstrou que autonomia negra e negociação institucional coexistiram: a agremiação criava seus próprios marcos e, simultaneamente, reivindicava reconhecimento municipal.

A interrupção do funcionamento regular na década de 2010 e a deterioração da sede tornam urgente a preservação do acervo e das narrativas. O encerramento não deve ser apresentado como data única, mas como processo de interdição e perda de uso. Essa situação reforça a necessidade de políticas que reconheçam patrimônios negros e apoiem sua conservação material e documental.

Pode ser no plano do cotidiano que práticas como as do Palmeira transformem relações e sentidos da cidade. O Clube não eliminou as desigualdades de Ituiutaba, mas ampliou possibilidades de encontro, afirmação e participação. Estudos futuros poderão incluir associados sem função diretiva, frequentadores de diferentes gerações, moradores do entorno e agentes públicos, aprofundando as

tensões internas e os efeitos do declínio institucional. Mesmo com os limites do corpus, o caso evidencia que a história urbana brasileira precisa reconhecer as instituições negras como produtoras de espaço, memória e direito à cidade.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. *Clubes negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora*. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/20088.

BUSTAMANTE, Cynthia Bráulio Alvim. Entre a oralidade e a escrita: uma perspectiva da realidade brasileira na subjetivação de um sentido negro de lugar. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 28, n. 1, e202610pt, 2026. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202610pt. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/8277.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço*: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

DOMINGUES, Petrônio. Clubes negros no Brasil: puzzle de um campo emergente. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1-22, 2023. DOI: 10.5007/1984-9222.2023.e93849. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/93849.

EVARISTO, Conceição. A *escrevivência e seus subtextos*. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

HALL, Stuart. *Pensando a diáspora*: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 25-50.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*: o direito à cidade II. Tradução de Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Cristina C. Oliveira. 4. ed. Itapevi: Nebli, 2025.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória*: o Reinado do Rosário no Jatobá. 2. ed. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANSONE, Livio. *Nem somente preto ou negro*: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. Afro-Ásia, Salvador, n. 18, p. 165-188, 1996.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Sobre espacialidades das relações raciais*: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). Questões urbanas e racismo. Petrópolis: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 36-67.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 11-28, 2022. DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2840. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2840.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros*: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOUSA, Karina Almeida de. *Corpo, transnacionalismo negro e as políticas de patrimonialização*: as práticas expressivas culturais negras e o circuito afrodiaspórico. 2020. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/items/0356d5d1-905b-420c-8099-74dc6264df9b.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, junho de 2020. DOI: https://doi.org/10.4215/rm2020.e19015. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19015.

THOMPSON, Edward P. *O termo ausente*: a experiência. In: A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-200.

VARGAS, Giane da Silva; DOMINGUES, Petrônio (org.). *Clubes negros nas Américas*. São Paulo: Dandara, 2025.